

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

PROJETO DE LEI Nº 4.826, DE 2001

Acrescenta inciso ao art. 28-A da Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998.

Autor: Deputado Íris Simões

Relator: Deputado Roberto Balestra

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.826/01 do ilustre Deputado ÍRIS SIMÕES inclui dispositivo na Lei nº 9.712 que, por sua vez, altera a Lei Agrícola (Lei 8.171/91) no capítulo que trata da defesa agropecuária.

O propósito do Deputado Íris Simões em seu projeto é incluir os Conselhos Municipais de Desenvolvimento no rol das entidades encarregadas das ações de vigilância e defesa sanitária de animais e vegetais. Os referidos Conselhos são entidades instituídas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em cujo cargo está, entre outros, a formulação dos planos municipais de desenvolvimento rural.

Em sua justificação, o nobre Autor ressalta que “o ressurgimento da febre aftosa e a disseminação da *Encefalopatia Espongiforme Bovina* na Europa mudaram conceitos e atitudes da sociedade brasileira em relação às questões da vigilância e da defesa sanitária de animais e vegetais.” Tem-se hoje claro que, sem o envolvimento direto de todos os interessados, a luta contra os agentes causadores

de doenças pode-se considerar perdida. É nesse espírito que o Projeto procura ampliar o leque dos participantes na luta contra os agentes patógenos. Entre os possíveis participantes, nenhum estaria mais capacitado, ou teria ação mais eficaz, que os próprios conselhos municipais de desenvolvimento rural.

O Projeto foi distribuído à Comissão de Agricultura e Política Rural para a análise do mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (art. 54).

Não foram apresentadas emendas ao Projeto no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Tem razão o ilustre Autor quando considera que as ações de vigilância e de defesa agropecuária competem a toda a sociedade. Embora caiba ao governo a coordenação das ações, serão insuficientes os atos pautados exclusivamente na ação governamental. A eficácia do combate às doenças contagiosas depende do envolvimento direto de todos os interessados. Em vista da proximidade que os conselhos municipais de desenvolvimento rural guardam dos produtores, inclusive por estarem os produtores rurais representados nos conselhos, considera-se que a interferência direta desses conselhos na luta contra os agentes patogênicos venha a fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Coerente com esses argumentos, VOTO FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 4.826/01.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado ROBERTO BALESTRA
Relator